

Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos

1970-1980.

Rachel Soihet* - UFF

A 4 de março de 1979, 21 mulheres se reuniram e elaboraram um documento no qual expressavam tanto seu posicionamento com relação ao Centro da Mulher Brasileira - CMB, como o que entendiam por feminismo. Após discorrer acerca das esperanças iniciais no advento do CMB como um espaço de troca de experiências e de realização coletiva de objetivos, a partir do despertar da consciência da opressão específica que recai sobre as mulheres, manifestavam o desapontamento com o rumo tomado pelo Centro. Comportamentos e atitudes autoritárias, agressividade, ausência de afetividade entre as mulheres, existência de temas tabus teriam sido a tônica de muitas assembléias. Enfatizavam, ainda, o desinteresse no estreitamento de laços com outras mulheres numa perspectiva feminista, nos espaços abertos pelas associações de bairro, profissionais e de comunidades. Assim, indagavam como conhecer a realidade e amplitude da sexualidade feminina, diferenciando suas experiências sexuais dos mitos masculinos impostos às mulheres? Através desse documento buscavam mobilizar as mulheres para uma reflexão sobre o feminismo e o Centro da Mulher Brasileira, expressando coletivamente suas críticas e expectativas, a fim de transformar o CMB num espaço realmente *feminista*. Ainda propunham que os grupos de reflexão se constituíssem em espaços de debates entre as mulheres que os integravam, programando e realizando suas práticas, segundo seus interesses e conveniências sem vinculação burocrática com o espaço que ocupavam, numa estrutura descentralizada, não devendo suas reuniões reproduzir os modelos masculinos de hierarquização e competitividade¹.

* Profª do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do CNPq. Colaboraram nessa pesquisa as bolsistas Flávia Copio Esteves e Nataraj Trinta Cardozo do CNPq, além de Erika Silva Ferreira do PIBIC

De acordo com o citado documento, pode-se constatar que divergências profundas estabeleceram-se entre as componentes do CMB. E para entender esse desfecho, cabe retroceder à criação do CMB a 8 de setembro de 1975, em seguida a um evento intitulado “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, ocorrido entre os dias 30 de junho e 6 de julho de 1975, promovido com o apoio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa - ABI por grupos que já se reuniam em caráter privado para a discussão da problemática feminina. Este alcançara grande sucesso, constituindo-se numa brecha em meio ao autoritarismo que pesava sobre o país, e dele participaram personagens de significativa importância, entre eles, Celso Furtado, que retornava ao Brasil depois de longo afastamento, e que considerou o “feminismo o maior e mais importante movimento deste final de século”². A partir daquele momento, o CMB passou a representar o movimento feminista no Rio de Janeiro, ocorrendo a criação de entidades análogas em outros locais do Brasil.

Não tardaram, porém, as divergências entre suas componentes, revelando, de um lado a complexa situação política do país, mergulhado na ditadura militar e, de outro, a influência dos feminismos internacionais. As primeiras dissensões decorreram de questões ligadas à estrutura e forma de organização da nova entidade.

Através de entrevistas realizadas com algumas das integrantes do CMB, além de uma leitura atenta das atas das assembleias, pode-se vislumbrar a presença das divergências, inicialmente, mencionadas. Haveria um predomínio de mulheres que se vinculavam a organizações de esquerda e subordinavam a problemática das relações de poder entre homens e mulheres às questões mais gerais da sociedade, marcadas pelo autoritarismo do regime militar e que se empenhavam em desenvolver atividades voltadas para a conscientização das mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, outros temas mais especificamente ligados à opressão das mulheres, tais como: a sexualidade, o aborto, a violência contra a mulher, eram evitados, só devendo ser discutidos nos grupos de reflexão, a fim de não prejudicar as alianças entre os setores que se opunham à ditadura, marcadamente, a Igreja. Cabe mencionar que a maioria dos grupos de esquerda, tampouco,

era simpática às demandas feministas, considerando o movimento divisionista, além de julgá-lo um fenômeno importado e de caráter burguês³.

Em contraponto à noção de “sororidade” ou de “irmandade”, que considerava as mulheres como uma categoria homogênea, constituindo-se a feminilidade como uma condição essencialmente biológica que fornecia uma unidade natural às mulheres, insatisfações se fizeram sentir, dando lugar a afastamentos de algumas das sócias, inclusive, fundadoras⁴. Dentre as descontentes estava Maria Luiza Heilborn (Malu), que por discordar da “idéia de transformar o Centro num lugar de conscientização política, pelo tipo de literatura e atividades propostas” passa apenas a participar de um grupo de reflexão⁵. Igualmente, outras sem se desligar, formalmente do CMB, mantiveram-se no seu grupo de reflexão, como se pode depreender do depoimento abaixo:

*(...) o grupo Ceres era um grupo que não nunca rompeu formalmente com o Centro da Mulher Brasileira, tá, a gente ia lá de vez em quando e tal, mas a gente estava em outra de alguma forma.*⁶

Afirma Leila que o grupo Ceres, do qual fazia parte⁷, compunha-se de mulheres que queriam refletir sobre si mesmas, quase como um grupo terapêutico sem terapeuta, constituindo-se num grupo que centrava suas reflexões na questão da sexualidade feminina.

Em fins de 1978, diante da realização de eleições, as mulheres mais comprometidas com a política partidária escassearam no Centro, fato que deu margem à reaproximação daquelas que divergiam da linha predominante. O momento coincidiu com a entrada no Centro de novas sócias com experiência de participação em movimentos de liberação em outros países⁸. Tal fato, aliado à perspectiva do I Encontro Nacional de Mulheres programado para 1979, deu novo ânimo, segundo Malu, uma das que se reaproximaram, a que ela, “a Bruna, a Ajuda e a Lígia” buscassem “fazer algo no Brasil para divulgar o aborto e a contracepção, o que desencadeou uma briga inacreditável”⁹.

Realizadas as eleições voltaram as militantes ao Centro para a organização do referido encontro, a se realizar a 8, 9 e 10 de março de 1979, tornando-se o clima extremamente tenso nas assembléias gerais, diante da proposta de um seminário sobre o

tema “Livre apropriação do corpo da mulher”. Igualmente, a proposta de uma discussão acerca da violência contra a mulher teria sido fator de conflito e divergência¹⁰. No tocante à composição do citado seminário, as sócias Malu e Marel propuseram os seguintes painéis, para o que solicitaram o apoio do CMB: Saúde e Sexualidade da Mulher (os projetos de controle da natalidade), Mulher e anticoncepção (informativo-riscos) e Aborto. De um modo geral todas estiveram de acordo com os dois primeiros painéis. Quanto ao último, surgiram discordâncias. As sócias que se manifestaram favoravelmente acentuavam que esta era uma questão fundamental, já que se constituía num tabu, delas discordando outras, que informaram já haver um projeto do governo para a legalização do aborto. Após muita discussão chegou-se a conclusão de que era necessário fazer uma outra assembléia para continuar o debate com maior número de sócias¹¹.

Realizaram-se mais duas assembléias em torno da questão¹². Intervenções sugerindo o adiamento do debate foram rebatidas. Uma das sócias reitera sua posição contrária à introdução desse tema, recorrendo ao argumento de que a realidade da França e do Brasil era muito diferente, além do que devia se considerar a posição da Igreja. Ainda, duvidava de que o CMB estivesse interessado no tema, já que o número de mulheres presentes era muito pequeno. Outras apoiaram tal posição, mencionando questões mais relevantes na sua perspectiva, como o trabalho das mulheres, necessidade de locais para deixarem as crianças, salário, referendando a questão de que a discussão representaria o abandono de aliados, demonstrando seu alinhamento com as posições no CMB que subordinavam a problemática da mulher às questões gerais da sociedade. Enfim, as discussões mantiveram-se acesas, figurando o tema “Mulher e Sexualidade” na programação do evento, embora a questão do aborto não estivesse presente.

Com relação ao problema da violência contra a mulher, esta, igualmente, foi objeto de críticas, alegando as opositoras que este devia ser um fenômeno francês porque: “aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil mulher que apanha do marido é porque gosta. Aí o pau comeu”¹³. Tais fatos teriam levado a uma reunião fora do Centro, elaborando-se o “Documento das 21” a ser lido no Encontro Nacional. Dentre aquelas que o

assinaram estavam algumas das sócias fundadoras do CMB e mulheres que buscavam uma aproximação com o feminismo no Rio, recém chegadas do exterior, tendo desenvolvido uma prática com grupos feministas europeus¹⁴. Apesar de toda oposição, os temas foram incorporados e das oito comissões, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltavam-se para a sexualidade e para a violência¹⁵.

A respeito do fato assim se expressa Lígia Coelho: “(Foi) a primeira vez que um grupo de mulheres se juntou no Brasil para discutir estupro, espancamento no casamento, todas essas coisas”¹⁶.

Apesar desta vitória, a maioria das mulheres que assinou o citado documento, após uma assembléia que rejeitou a sua proposta de descentralização, decidiu-se pelo desligamento do CMB em abril de 1979, surgindo o Coletivo de Mulheres, do qual se despreendeu em 1981 uma outra organização voltada para a violência contra as mulheres, o SOS Mulher¹⁷. Por outro lado, constata-se que o CMB, após a cisão, passa a incorporar reivindicações das demais tendências, entre elas, a questão do aborto e da violência contra as mulheres¹⁸. Em assembléias gerais debate-se um outro tema caro àquelas que se desligaram do CMB, qual seja, a descentralização que chegou a ser adotada, porém diante do esvaziamento observado, decidiu-se pelo retorno do Colegiado à direção do Centro, de acordo com os estatutos aprovados em assembléia geral de 18 de outubro de 1980.

Na verdade, na década de 1980, o movimento feminista tornava-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram primeiro plano. Campanhas contra os abusos com relação às mulheres no que tange a temas até então ignorados como a violência física e simbólica, assim como tabus como a questão do aborto, merecem espaço cada vez mais amplo na mídia, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira¹⁹.

O julgamento de Doca Street, assassino de Ângela Diniz, alegando a infidelidade da mesma, que na primeira instância mereceu pena ínfima, constituiu-se num elemento crucial na elevação da consciência de gênero no Rio de Janeiro, em que a atuação das feministas contribuiu decisivamente na acentuação da mudança de mentalidade na sociedade

brasileira. Foi um dos capítulos que desencadearam intensa participação das mulheres. O episódio alcançou forte ressonância e, de início, a sociedade manifestara seu apoio ao assassino. Segundo uma pesquisa envolvendo dez pessoas, sete o absolveriam. Das cinco mulheres consultadas, apenas uma professora condenaria Doca²⁰.

A atitude inicial de certa indiferença das feministas quanto à questão constituiu-se, mais tarde, em objeto de zombaria, por parte de Ziraldo, crítico dos mais contundentes do feminismo: “Atenção feministas do Brasil! Atenção, bravas lutadoras pela causa do feminismo neste país! Cadê sua organização? Cadê sua tática de luta? Cadê o trabalho que vocês fizeram no caso Doca Street?”²¹.

Através do depoimento da economista e prof^a da UFF Hildete e dos jornais temos o testemunho da mobilização, posteriormente, levada a efeito no sentido de uma revisão da pena, acentuando-se o perigo que acarretaria essa impunidade para a sociedade brasileira. Com vista a reverter o quadro, desfavorável às mulheres, já que Doca ao ser submetido a julgamento merecera aplausos, ao entrar no Fórum de Cabo Frio é redigido um Manifesto com 461 assinaturas condenando o machismo na sociedade brasileira²². O documento enfatizava a rejeição a uma decisão que afetava não apenas a Ângela Diniz, mas a todas as mulheres que, de algum modo, fugissem ao modelo de comportamento prescrito para o sexo feminino. O julgamento de Doca expressava a maneira pela qual a sociedade brasileira resolvia as relações de poder entre os sexos, em que o sexo masculino poderia impunemente assassinar uma mulher que não correspondesse ao seu papel tradicional²³. E, segundo a defesa, Ângela fugia a essa imagem, já que ao se separar do marido, deixara os filhos "Haverá coisa mais chocante? Por que abandonou os filhos? Não foi, decerto por um comportamento normal, seráfico, honesto"²⁴. Comentando os argumentos da defesa de que o assassino fora movido pela paixão, o jurista Heleno Fragoso refere-se ao caráter anacrônico e pouco sério da questão que nos fazia remontar aos primeiros anos da República, quando os crimes passionais faziam a glória do júri, invocando-se a perturbação dos sentidos e da inteligência, para garantir a absolvição²⁵.

Quando do segundo julgamento forte pressão é desenvolvida, com manifestações de rua, numa das quais a escritora Rose Marie Muraro, em meio a 500 pessoas, exigindo a condenação de Doca, afirma “(...) o que nós queremos é que caia a legítima defesa da honra.”²⁶. Além das manifestações no Rio, uma caravana dirige-se a Cabo Frio, onde 52 entidades feministas se unem e vestem-se de preto, alegando que “a cor simboliza nossa opressão, e a revolta contra um assassino tornado herói”, além de portarem faixas com os dizeres: “Se Se Ama Não Se Mata, Quem Ama Não Mata, Abaixo a Farsa da Legítima Defesa de Honra”²⁷.

Quanto ao defensor de Doca Street, Humberto Telles, diante da pressão das feministas, qualifica-as de “filhas de Hitler, camisas negras da Itália e falanges franquistas: são mulheres fascistas, pois não se voltam para uma luta política por melhores condições de vida, ao lado do homem. Sua briga é contra o homem, com claro componente homossexual”²⁸. No que se utiliza de um velho recurso de atribuir características masculinas às mulheres que não se resignavam à passividade. Na verdade, em seu depoimento, revela os ganhos que a pressão feminista estava obtendo ao declarar que a “pressão dos movimentos feministas, nestes dois anos entre o julgamento anterior e o atual, ‘tem pesado muito fortemente na formação de uma opinião pública contra meu cliente’”.

Enfim, esta foi uma vitória das feministas, em meio a um processo de mudança cultural que se vinha desenvolvendo na sociedade, que resultou na condenação do réu, alterando-se uma constante que se reproduzia e se re-atualizava, ao longo do tempo. Com o processo de “abertura política”, em fins da década de 1970, vieram à tona as questões que até então se mantiveram encobertas pelo temor de prejudicar uma causa mais urgente, qual seja, aquela da democratização do país. Mas a participação de militantes em movimentos de esquerda contribuiu para que estas se defrontassem com atitudes discriminatórias dos companheiros com relação às questões de gênero²⁹. Consolidou-se a consciência de que a igualdade propalada entre mulheres e homens era mais uma retórica e as mulheres defrontaram-se com a questão da necessária articulação entre a luta contra as condições objetivas da opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais. Assim, urgia

contemplar a questão da subjetividade num terreno em que a base marxista por si só era insuficiente para a resolução dessa contradição.

¹ Este documento foi elaborado a 4 de março de 1979 e assinado por 21 mulheres, ficando conhecido como “Documento das 21”. Os “grupos de autoconsciência”, aqui chamados de grupos de reflexão, seriam espaços nos quais as mulheres compartilhavam experiências e confrontavam problemas vivenciados nas relações entre os sexos, descobrindo que não se tratavam de problemas únicos nem particulares, mas que eram parte da opressão sofrida por todas as mulheres.

² Sérgio Augusto. “É isso aí...” *O Pasquim* Nº 312. RJ, 20 a 26/06/1975, p. 3.

³ Entrevista Hildete Pereira de Melo para o projeto “Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)”, realizada a 02 de janeiro de 2005; Matérias em *O Pasquim*, assim como uma charge de Millôr Fernandes na *Veja*, assim se referiam ao feminismo. “Millôr e as nossas grandes reivindicações” *Revista Veja*. SP. Nº 216, 28.10.1972;

⁴ Sobre “sororidade” ver Lia Zanotta Machado, “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade” Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (Orgs). *Uma Questão de Gênero*, Ed. Rosa dos Tempos, 1992, p.24-38.

⁵ Depoimento Malu. In: Annete Goldberg. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. IFCS, UFRJ. Dissertação de Mestrado. 1987, p. 120.

⁶ Entrevista de Leila Linhares Barsted para o projeto “Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)”, realizada a 13 de abril de 2004.

⁷ Idem, ibidem. Além dela, cita como membros do referido grupo: Sandra Azeredo, Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, “num primeiro momento a Malu, em algum momento a Comba Marques Porto também tem espaço nesse grupo”..

⁸ Algumas vindas de Paris, como a física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues para o projeto “Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)”, realizada a 01 de fevereiro de 2005. Também, duas antropólogas, uma italiana, Bruna Franchetto e outra americana, Leni Silverstein, além de uma jornalista holandesa Dorinne, Annete Goldberg. op. cit, p. 137.

⁹ Depoimento Malu In: Annete Goldberg. op. cit. p. 138/139.

¹⁰ Entrevista da física Lígia Maria Coelho Rodrigues, realizada a 01 de fevereiro de 2005.

¹¹ Assembléia Extraordinária - 6 de janeiro de 1979.

¹² Assembléia Extraordinária - 23 de janeiro de 1979 e Continuação dos Debates- 30 de janeiro de 1979.

¹³ Entrevista da física Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.

¹⁴ A física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues foi uma delas: “ (...) lá na França eu militei durante todo o ano de 78. Era aquela militância tradicional de fazer textos, distribuir panfletos na rua, fazer manifestações, 8 de março, participava das manifestações de esquerda com cartazes específicos das mulheres, enfim...”

¹⁵ “Em vez de praia: discussão” *Jornal Lampião da Esquina*, abril de 1979, apresenta matéria sobre a abordagem da sexualidade no Encontro. Sobre a Comissão de Violência, entrevista citada.

¹⁶ Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.

¹⁷ Assembléia Geral 21 de abril de 1979. Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.

¹⁸ Entrevista Hildete Pereira de Melo. 02 de janeiro de 2005.

¹⁹ Cynthia Andersen Sarti. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória” *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (2), CFH/CCE/UFSC, 2004, p. 35-50. A violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, correspondendo a interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos. Roger Chartier. “*Diferenças entre os Sexos e Dominação simbólica (nota crítica)*” in *Cadernos Pagu* (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-44

²⁰ “Doca Street, culpado ou inocente? O povo é quem julga” *O Fluminense*. 29.12.1978.

²¹ Ziraldo. “Atenção Feministas!”. *O Pasquim*, 30 de maio a 05 de junho de 1980, nº570, p.5.

²² “Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio”. *Jornal do Brasil*. 18/10/79.

²³ “Manifesto assinado por 461 pessoas condena o machismo na sociedade brasileira”. *Jornal do Brasil*. RJ, 11/11/1979. No primeiro julgamento Doca fora condenado a apenas dois anos e dois meses de detenção, permanecendo em liberdade, por força de sursis. “Cabo Frio: grupo feminino quer “Doca” condenado” *O Globo*. 03.11.1981

²⁴ “Acusação diz que Doca não é criminoso passional” *O Globo*. 15.10.1979.

²⁵ “Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio”. op. cit.

²⁶ “Feministas querem ‘fazer as cabeças” *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981

²⁷ “No Julgamento de “Doca”, a União das Mulheres de Negro” *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981. Aliás, o dístico “Quem Ama não Mata” é posteriormente apropriado pela TV Globo que realizou um programa assim intitulado.

²⁸ “Advogado considera trama homossexual” *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981.

²⁹ Hildete, em sua entrevista, refere-se a uma passeata em favor do aborto, na qual uma das faixas com o dístico “Nosso corpo nos pertence” teve alterado o termo “nos” por “vos”, por um militante de esquerda, marido de uma das militantes. Também, sobre o machismo nas organizações de esquerda, ver Sonia E. Alvarez. “Politicando as relações de gênero e engendrando a democracia” IN: Alfred Stepan (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 327.